



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10186 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL: UMA PRÁXIS EDUCATIVA
DECOLONIAL E TRANSMODERNA.**

Tássio Simões Cardoso - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à pesquisa do Estado da Bahia

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL: UMA PRÁXIS EDUCATIVA
DECOLONIAL E TRANSMODERNA.**

Resumo:

Esse artigo objetiva interpretar o Turismo de Base Comunitária (TBC) no Brasil à luz do pensamento decolonial e transmoderno, num contexto de uma modernidade em crise. Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, apresentamos reflexões que demonstram que o TBC no Brasil é realizado basicamente por comunidades tradicionais localizadas nos mais diversos ecossistemas. Estas comunidades, historicamente, foram e ainda são oprimidas pela modernidade/colonialidade. Entretanto, elas desenvolvem diversas estratégias de resistência para valorizar as suas tradições e territórios, uma delas é o TBC. Portanto, conclui-se que o turismo comunitário é uma práxis decolonial e transmoderna, pois os processos educativos que o constitui, além de serem distintos e antagônicos em relação à hegemonia da matriz colonial, posto que estão baseados numa cosmogonia ancestral afro e indígena, ao possibilitarem a interação crítica e ética entre culturas diferentes (do turista e da comunidade receptora), favorece o diálogo intercultural fundamental para a construção de uma visão mais transmoderna da contemporaneidade, capaz de ofertar criativas reflexões/soluções para os velhos e novos problemas de uma modernidade em crise.

Palabras-chave: Turismo de Base Comunitária. Educação. Decolonialidade.

1 Introdução.

Nesse artigo buscamos compreender como as iniciativas de Turismo de Base

Comunitária (TBC) no Brasil, na sua contemporaneidade e heterogeneidade, carregam matizes de culturas ancestrais que corroboram para o desvelamento de práticas educativas decoloniais e transmodernas, num contexto de uma sociedade em crise. Para pensar o TBC, colocamos em relevo o pensamento teórico de Irving (2009), que considera esta forma de realizar o turismo em escala local como uma prática social complexa que favorece o sentido coletivo de comunidade, bem como contribui com a promoção de uma maior qualidade de vida por meio da adoção de práticas econômicas solidárias e sustentáveis voltadas para a valorização das matrizes culturais locais. Para ampliar e diversificar a interpretação do fenômeno social do TBC no Brasil, será utilizado como aporte teórico o paradigma da decolonialidade, que significa práticas epistêmicas de reconhecimento e transgressão da colonialidade produzidas na América Latina e outras regiões colonizadas como enfrentamento aos processos de dominação. (MOTA NETO, 2016).

No bojo dessa reflexão decolonial, a noção filosófica dusseliana de transmodernidade, será evidenciada como um horizonte utópico possível no qual o diálogo crítico entre as culturas que foram e ainda são oprimidas pelo eurocentrismo oferece novos ensaios civilizatórios para os problemas complexos e imprevisíveis do mundo contemporâneo. Assim, diante do exposto, o problema que se formula é: Qual o potencial do TBC no Brasil enquanto práxis educativa decolonial e transmoderna num contexto de uma modernidade em crise? Para responder essa pergunta, utilizaremos como caminho metodológico uma pesquisa bibliográfica e documental, a partir da análise de teses, artigos científicos e documentos oficiais.

2 Turismo de Base Comunitária: Conceitos e práticas.

O turismo de base comunitária (TBC), ou turismo comunitário, consiste em uma forma de organização social voltada para uma prática turística em escala local que é construída e administrada pela própria comunidade. Dessa forma, são os atores comunitários que definem quais, quando, como e para quem os bens e serviços turísticos serão ofertados. Essa modelagem social é gestada pela comunidade a partir dos seus próprios recursos, sejam eles humanos, naturais, culturais ou de infraestrutura. (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2017).

O desenvolvimento de iniciativas de TBC começa a ganhar destaque, despertando atenção de pesquisadores, ongs e instituições oficiais, a partir de um conjunto de mudanças no cenário nacional e internacional. Essas transformações foram didaticamente sistematizadas por IRVING (2009) e envolvem: i) interpretação política do turismo como uma alternativa para a superação das desigualdades e injustiças sociais; ii) o fortalecimento de temas como economia solidária, participação social e a governança democrática; iii) adoção por parte de empresas, ongs e governos de projetos voltados para a responsabilidade social e desenvolvimento humano, (iv) a mudança sutil no perfil dos turistas, mais sensíveis as questões socioambientais; (v) A exigência de um turismo mais comprometido com o desenvolvimento social das comunidades receptoras; (vi) a emergência dos debates sobre o “turismo e sustentabilidade”.

No Brasil as iniciativas de TBC são protagonizadas por grupos sociais diversos, a saber: reservas indígenas, comunidades quilombolas, assentados da reforma agrária, ribeirinhos, coletivos periféricos urbanos, caiçaras, dentro outros. Esse mosaico reflete a diversidade de vivências que os roteiros comunitários proporcionam para os excursionistas e turistas, possibilitando, desta forma, uma imersão autêntica e memorável no modo de vida tradicional destes grupos. Estas vivências ensejam práticas educativas descolonizadoras voltadas para a preservação da cultura tradicional e da biodiversidade local. Elas envolvem a visitação de sítios históricos e sagrados, realização de trilhas, caminhadas, mutirões. plantio

simbólico, banho de rio, observação de pássaros, contemplação do pôr do sol, apreciação da culinária local, práticas com o artesanato, contação de histórias e as danças tradicionais, bem como apresentações artísticas de teatro e poesia e uma série de outras práticas que desvelam um Brasil plural, autêntico e profundo. Mas qual o potencial dessas vivências do TBC no Brasil enquanto práxis educativas decolonial e transmoderna? Antes de buscar pistas para este problema, faz-se necessário refletir sobre o pensamento decolonial e transmoderno num contexto de uma modernidade em crise.

3 Decolonialidade e Transmodernidade: O TBC enquanto um novo ensaio civilizatório.

O que se coloca em relevo neste trabalho é o imperativo ético-político de problematizar o lado sombrio da modernidade que foi constituída por aquilo que Quijano (2005) denominou de colonialidade do poder. Para este autor, o declínio da colonização e da escravidão enquanto regimes jurídico-administrativos não significou o fim das relações de dominação/exploração entre países (centro x periferia) e da hierarquização étnico-racial dos povos (branco europeu “superior” x outras raças “inferiores”), pois este padrão de poder continua conformando as relações sociais, econômicas e culturais até os dias atuais.

Para avançar nessa reflexão, faz-se necessário apresentar uma noção conceitual de modernidade. Entende-se o paradigma moderno como uma visão de mundo construída pela Europa a partir do renascimento no qual os europeus se autoproclamaram como detentores de uma cultura superior em relação a outros povos. Ou seja, trata-se de uma autonarrativa europeia “quando os europeus conceberam-se a si mesmos como o centro do mundo. A Modernidade é uma narrativa originada a partir de uma nova visão do ser humano, uma visão antropocêntrica, racional e impulsionadora do progresso”. (DUSSEL, 2015, p.51)

A partir de uma perspectiva decolonial reconhece que essa narrativa de superioridade da racionalidade europeia foi o elemento matriz que fomentou a repressão e o silenciamento de outras visões de mundo. Em outras palavras, “Trata-se de uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes e a seus saberes concretos” (QUIJANO, 2005).

A utilização dessa racionalidade como o único meio confiável para interpretar a vida, a natureza e as relações levou o “ser moderno” a se colocar como o centro do mundo. Esse antropocentrismo, radicalizado a partir do ideário renascentista e iluminista, evidência um projeto de modernidade no qual o progresso seria indubitavelmente alcançado por meio da ciência e do estado liberal nascente, ambos orientados pelos valores racionais da objetividade, produtividade, técnica e eficácia. Assim, toda cosmovisão de mundo ou conhecimento que estivesse fora desse horizonte de sentidos, seria interpretado como algo de menor ou nenhum valor. (SANTOS, 2013).

Desse modo, a cultura europeia durante a constituição histórica da modernidade, ao se estabelecer enquanto centro de poder no mundo, impõe o seu modelo civilizatório, fazendo da racionalidade moderna o único caminho legítimo de produção do conhecimento. Nesta perspectiva, a diversidade de conhecimentos, culturas e tradições que nutre o fértil patrimônio cultural da humanidade e reconhece outras fontes geradoras de sentido, foi deslegitimada e reprimida pela expansão global da civilização europeia. Neste trabalho, este fenômeno é reconhecido como um padrão de poder por meio do qual a racionalidade eurocêntrica mundialmente hegemônica ao colonizar indígenas, africanos e outros povos, reprimiu/explorou não apenas seus corpos e territórios, mas também alijou suas culturas, conhecimentos e visões de mundo da história da produção filosófica, científica e cultural da

humanidade. (QUIJANO, 2005; ARROYO, 2014)

Ao problematizar essa visão, aponta-se para uma perspectiva decolonial e transmoderna onde a “a modernidade não é sinônimo de humanidade, mas apenas uma versão da aventura humana, a racionalidade moderna tampouco é a razão, mas um modo ou modelo desta, a respectiva oferta de sua força e a impossibilidade de seus limites”. (SANTOS, 2013, P. 208). Assim, trata-se de ler os fenômenos da contemporaneidade a partir de fontes alternativas de sentidos que foram desprezadas pelo paradigma moderno. Estas fontes constituintes de um pensamento fecundo são oriundas de núcleos sapienciais diversos que relevam uma potência de vida transversalizada pela valoração da transcendência, da alteridade e tradição. (SANTOS, 2013).

Este pensamento fecundo, ao reconhecer os limites da racionalidade moderna, dialoga com a ideia de transmodernidade. No contexto de uma Filosofia da Libertação, Dussel (2016a) começa a estruturar a noção de transmodernidade, Tal autor, considera, a partir de uma crítica à interpretação eurocêntrica da história universal, que a Europa apenas se estabelece enquanto centro de poder hegemônico mundial depois da revolução industrial (1750), pois foi o advento desta revolução que possibilitou as potências europeias a produzirem em escala global. Sendo assim, os países europeus, por meio de ações imperialistas, passaram a dominar o mercado mundial. Para o autor supracitado, o expansionismo marítimo-comercial europeu dos séculos XV e XVI criou as condições históricas para o surgimento de uma economia globalizada, de um sistema mundo, mas isso não implicou na dominação hegemônica europeia do mercado mundial, posto, por exemplo, que a China foi até o século XVIII a maior potência produtora de mercadorias, com destaque para os valiosos utensílios de porcelana e os tecidos de seda.

Assim, Dussel (2016a) chama atenção que foram pouco mais de dois séculos de dominação europeia e não cinco séculos como postulava muitos filósofos europeus. Dessa maneira, este período não foi suficiente para que a globalização técnica e econômica protagonizada pela Europa se configurasse enquanto uma globalização cultural da vida cotidiana de toda humanidade. Em outras palavras, este pensador apresenta uma suposição filosófica onde ele afirma que a dominação europeia, por ser historicamente recente, não destruiu a diversidade de culturas que caracteriza o rico patrimônio cultural da humanidade. Logo, estas culturas- exteriores a modernidade europeia- continuam vivas, resistentes, com um desenvolvimento dinâmico próprio e possuem o potencial de oferecer contribuições inovadoras para se pensar os grandes problemas da humanidade no século XXI.

Portanto, a iniciativas de TBC, por possibilitarem o contato do turista com esses núcleos humanos, criam condições para a produção, fortalecimento, valorização e difusão de saberes e práticas de resistência criadora e ancestral. Sendo assim, a própria dinâmica de realização do Turismo de Base Comunitária no Brasil tem como base a produção de conhecimento a partir de bases epistêmicas decoloniais.

3 Considerações Finais.

Portanto, compreendemos o TBC enquanto práxis decolonial e transmoderna, pois os processos educativos que o constitui, além de serem distintos e antagônicos em relação à hegemonia da matriz colonial, posto que estão baseados numa cosmogonia ancestral afro e indígena, ao possibilitarem a interação constante, crítica e ética entre culturas (do turista e da comunidade receptora), favorece o diálogo intercultural fundamental para a construção de

uma visão transmoderna da contemporaneidade, capaz de ofertar novas reflexões/soluções para os velhos problemas de uma modernidade em crise.

Referências Bibliográficas.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação** - na América Latina. São Paulo: Loyola, 1977.

.....**Europa, modernidade e eurocentrismo**. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1200>. > Acesso em: 16 nov.2015.

..... **Paulo de Tarso na filosofia política atual e outros ensaios** / Enrique Dussel. Tradução Luis Alexandre Solano Rossi- São Paulo: Paulus, 2016a. – Coleção novos caminhos da teologia.

..... **Transmodernidade e interculturalidade. Interpretação a partir da filosofia da libertação**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016b.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. DO; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, p. 172–190, 2017.

IRVING, M. D. A.; COELHO, A. M.; ARRUDA, T. O. Turismos, sustentabilidades e pandemias: incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. **Revista Acadêmica Observatório De Inovação Do Turismo**, v. 14, n. 4, p. 73–105, 2020.

IRVING, M. A. (2009): “**Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível?**”, BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, pp. 108-119.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005a, pp.118-142.

SANTOS, Costa Luciano. **O Pensamento fecundo. Elementos para uma racionalidade transmoderna**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 39, p. 205-213, jan./jun. 2013